

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.732 - SE (2019/0036585-8)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**  
**EMBARGADO : OSMAR JOSE MORLIN**  
**ADVOGADOS : JOSÉ DIAS GUIMARÃES - SE001045**  
**SANNY TRINDADE GUIMARAES - SE008074**

## DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT contra decisão da minha lavra em que não conheci do recurso especial.

Nas suas razões, o embargante sustenta a existência de omissão, porquanto, apesar de alegar violação do art. 15-A do Decreto-Lei n. 3.365/1941, que prevê a condenação em juros compensatórios em ação de desapropriação, o *decisum* não se manifestou sobre a matéria, bem como sobre a ocorrência de fato superveniente, qual seja, o julgamento da ADI 2332, em que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade do percentual de 6% ao ano na aplicação do referido consectário legal.

Aduz que as questões foram levantadas nas razões recursais, às e-STJ 412-413 e 419-421, requerendo a observância da decisão do Pretório Excelso ou, subsidiariamente, a suspensão do feito até a revisão das teses repetitivas, conforme decidido na Questão de Ordem do REsp 1.328.993/CE, Relator Ministro Og Fernandes.

Defende, ainda, a ocorrência de obscuridade no julgado, visto que os arts. 15-A e 15-B do Decreto-Lei 3.365/1941 tratam da base de cálculo, índice e termos inicial e final dos juros moratórios, não havendo que falar em ausência de prequestionamento da matéria quando o acórdão recorrido faz menção direta aos referidos dispositivos legais.

Decorrido o prazo legal sem impugnação.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.

Em novo exame, observo que assiste razão ao embargante quanto à necessidade de sobrestamento do processo.

Com efeito, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em sessão de julgamento realizada em 08/08/2018, acolheu questão de ordem suscitada no REsp 1.328.993/CE, da relatoria do em. Ministro Og Fernandes, propondo a revisão das teses firmadas nos Temas repetitivos 126, 184, 280, 281, 282 e 283/STJ, em virtude do

julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal da ADI 2.332/DF.

A referida questão de ordem foi autuada como Pet 12.344/DF (art. 927, § 4º, do CPC e art. 256-S do RISTJ, na redação dada pela Emenda Regimental 24, de 28 de setembro de 2016), tendo sido determinada "a suspensão de todos os processos em trâmite no território nacional a partir do momento em que a questão em tela – taxa de juros compensatórios aplicável às ações de desapropriação – apresente-se, ressalvados incidentes, questões e tutelas interpostas a título geral de provimentos de urgência nos processos objeto do sobrestamento. (acórdão publicado no DJe de 04/09/2018 no REsp 1.328.993/CE)".

Ao apreciar embargos de declaração, a Seção esclareceu que não estão compreendidos na ordem de sobrestamento:

- i) os feitos expropriatórios em que não haja recurso quanto aos juros compensatórios ou não estejam sujeitos a reexame necessário e, em nome da segurança jurídica, os feitos já transitados em julgado até a data da publicação do acórdão paradigma;
- ii) as desapropriações para reforma agrária cuja imissão na posse tenha ocorrido após a vigência da Lei n. 13.465/2017; e
- iii) as questões controvertidas alheias ao debate dos juros compensatórios, nos termos do Enunciado n. 126 da II Jornada de Direito Processual Civil/CJF. (RESP n. 1.328.993/CE, acórdão publicado no DJe de 27/6/2019)

É certo que, às e-STJ fls. 412/413 do apelo nobre, o ora embargante limitou-se a relatar os fatos ocorridos no processo, transcrevendo a ementa do acórdão da apelação e dos declaratórios e, às e-STJ fls. 419/421, discorreu, tão somente, sobre questões relacionadas aos juros moratórios, não trazendo teses a respeito dos juros compensatórios, apesar de ter apontado o dispositivo de lei pertinente, qual seja, o art. 15-A do Decreto Lei 3.365/1941.

Entretanto, no caso, trata-se de desapropriação por utilidade pública, disciplina no Decreto Lei 3365/41, que, em seu art. 28, § 1º, prevê a necessidade de reexame da sentença que condenar a Fazenda Pública a indenizar pelo dobro da quantia oferecida na inicial.

Extraí-se dos autos que a autarquia federal ofertou ao autor o preço de R\$ 40.100,00 (quarenta mil e cem reais), tendo as instâncias ordinárias condenado a recorrente ao pagamento de R\$ 130.433,04 (cento e trinta mil quatrocentos e trinta e três reais e quatro centavos) a título de indenização, determinado, ainda, a incidência de juros compensatórios, à taxa de 12% ao ano, sobre a diferença apurada que exceder a 80% do valor ofertado, bem como aplicação de juros de mora sobre a mesma base de cálculo, em 0,5% ao mês.

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve *in totum* a sentença, sendo a questão dos juros compensatórios debatida na apelação e nos declaratórios (e-STJ fls. 340, 401 e 402).

Nessa quadra, considerando que a sentença em comento está sujeita a reexame necessário, os autos devem aguardar o julgamento da revisão das teses

# Superior Tribunal de Justiça

firmadas nos temas repetitivos no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelo art. 1.040 do CPC/2015.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Registre-se que essa medida visa evitar, também, ao desmembramento do apelo especial e, em consequência, a eventual ofensa ao princípio da unirrecorribilidade ou da unicidade recursal.

Ante o exposto, TORNO SEM EFEITO a decisão às e-STJ fls. 449/453 e, em consequência, JULGO PREJUDICADOS os embargos de declaração, DETERMINANDO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do *decisum* a ser proferido em decorrência da revisão dos precedentes obrigatórios já citados e em observância ao art. 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator